

A UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS DE AVALIAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIAR O PLANEJAMENTO EXECUÇÃO E CONTROLE DA GESTÃO FINANCEIRA PUBLICA

WALBER LINS PONTES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

CAMILA RAFAELE MONTEIRO PONTES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

SAMUEL DO PRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

Agradecimento à órgão de fomento:

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Grupo de estudos e Pesquisas em Estratégias e tecnologias Organizacionais (GEPEETO)

A UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS DE AVALIAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIAR O PLANEJAMENTO EXECUÇÃO E CONTROLE DA GESTÃO FINANCEIRA PÚBLICA

1 INTRODUÇÃO

O processo de gestão toma por base o princípio econômico da escassez, através do qual se entende que as demandas são ilimitadas e os recursos para satisfazê-las são escassos. O desafio dos gestores é realizar a priorização adequada, eficaz e eficiente dos recursos.

Na Administração Pública a gestão dos recursos financeiros se torna ainda mais fundamental, pois a partir da utilização dos mesmos é que se possibilita a realização das atividades demandadas pela sociedade e se exercer as funções prioritárias do Estado. As consequências de uma utilização indevida, descuidada e ineficiente dos recursos públicos impactam diretamente na vida da população e gera impedimentos a execução dos planos, através dos quais, os objetivos da gestão deveriam ser alcançados.

Desta forma, ter métodos instrumentais para compreender o processo e desenvolvimento da gestão e da utilização dos recursos financeiros públicos é de suma importância. Assim, a questão a ser enfrentada nesta pesquisa, é, *como os métodos de avaliação financeiros, especialmente os de análise vertical e horizontal, podem ser utilizados para auxiliar os gestores públicos municipais, no planejamento, execução e controle do orçamento público municipal?*

Para o alcance dos resultados desta pesquisa, é necessária uma compreensão primeira do contexto e dos instrumentos que compõe as finanças públicas. Portanto, primeiramente se fará um breve panorama sobre os principais termos e instrumentos que dizem respeito ao orçamento público e sua elaboração e execução. Desta forma, através de pesquisa bibliográfica, serão revisitados os conceitos referentes a finanças públicas, orçamento público e seus processos, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária, dentre outros pertinentes, que embasaram o presente artigo.

Também se tratará de entender os conceitos de métodos de análise de índices financeiros, em especial as análises vertical e horizontal e sua importância para a gestão pública, mais especificamente a gestão pública municipal.

Os dados da pesquisa foram modelados a partir do PPA 2014-2017 da Prefeitura de São Luís – MA. Devido a amplitude e complexidade do orçamento e elementos apresentados, faz-se a opção por delimitar o trabalho a partir dos dados de um único programa, sendo escolhido o programa da Educação Fundamental do município citado, tendo em vista que a partir dele é possível replicar a posteriori em todos os programas do PPA como um todo, inclusive podendo ser aplicado em outras prefeituras.

Dessa forma, a presente pesquisa visa apresentar a importância da utilização das análises horizontais e verticais na administração Pública por permitir compreender as evoluções e mutações ao longo de períodos (análise horizontal) ou os impactos de cada conta financeira dentro do período (análise vertical) (BLATT, 2001).

Para sistematizar a pesquisa estabeleceu-se a necessidade de: 1 - avaliar a viabilidade da aplicação do método de análise vertical e horizontal para uma melhor compreensão da execução do orçamento do município no período do PPA 2014-2017 da cidade de São Luís; 2 - verificar a importância do uso dos métodos de análise vertical e horizontal para auxiliar na gestão financeira da administração municipal cidade de São Luís; e 3 - compreender como os métodos de análise vertical e horizontal contribuem para uma melhor planejamento, execução e controle da gestão pública municipal da cidade de São Luís.

O trabalho está estruturado, com esta introdução; uma segunda unidade que abordará os elementos teóricos que fundamentaram o trabalho; a terceira unidade que descreve o percurso

metodológico, justificando as escolhas realizadas. Também se descreve o ambiente em que a pesquisa foi realizada, bem como a importância para a mesma; a quarta unidade que são apresentados os resultados e as análises da modelagem realizada; e, por fim, as Considerações finais onde se apresenta as informações sobre o alcance dos objetivos estabelecidos, as dificuldades enfrentadas e as oportunidades para novas pesquisas a partir do que se conseguiu.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico irá apresentar os conceitos e elementos que dão base a presente pesquisa, estando estruturado na seguinte ordem: Finanças públicas; Orçamento público; e Métodos de avaliação financeira.

2.1 Finanças públicas

A Administração pública é o conjunto de pessoas, sejam elas físicas e/ou jurídicas, autarquias, agentes, bem como a organização utilizada para realizar e organizar as atividades e dirigir patrimônios públicos (SOUZA, 2008). Dessa maneira entende-se que fazem parte da administração pública todos os órgãos, pessoas, recursos e ações destinados a exercer funções administrativas na União, nos Estados e Municípios.

Assim sendo, as ações propostas e executadas pela Administração Pública administradores devem ser planejadas para promover o desenvolvimento social e melhorar a qualidade de vida (SOUZA, 2008). O administrador é o gestor dos recursos públicos e deve respeitar os preceitos legais dispostos e amparados na Constituição Federal 1988.

O objetivo da gestão do patrimônio público é o “lucro social” e não o “lucro financeiro” (ANDRADE, 2013). A busca em atender as demandas sociais com eficiência, eficácia e efetividade deve ser o alvo de todo gestor público. Todavia, no processo de alcançar esses objetivos existem desafios e forças que poderão inviabilizar a concretização do estabelecido.

No século XX foi significativa a atenção dada ao tema do crescente aumento das despesas públicas. Sejam nas economias onde o Estado é mais presente ou em uma economia de mercado em que prepondera a defesa da livre iniciativa por serem nações capitalista e defensoras do estado mínimo, mesmo ali, é possível constatar tal realidade (GIACOMINI, 2012).

De forma geral são três as funções básicas que a ação do governo atinge através da política fiscal: alocativa, distributiva e estabilizadora. Cada uma delas com sua especificidade. O fornecimento de bens públicos é responsabilidade da função alocativa. As adequações na distribuição de renda que façam com que a mesma seja aquela percebida como justa pela sociedade são próprias da função distributiva. Já a função estabilizadora objetiva o uso da política econômica tendo em vista um alto nível de emprego, a estabilidade dos preços bem como chegar a uma taxa apropriada de crescimento econômico (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

No esforço para cumprir cabalmente com as funções anteriormente descritas, o governo necessita de gerar e alocar recursos. Dentre as fontes desses recursos, a arrecadação tributária, é a principal fonte de receita do setor público (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000).

Dentro desse contexto, Matias-Pereira (2012) argumenta que:

As finanças públicas de um país [...] estão orientadas para a gestão das operações relacionadas com a receita, despesa, o orçamento e o crédito público. Preocupa-se, portanto, com a obtenção, distribuição, utilização e controle dos recursos financeiros do Estado. Registre-se que a arrecadação dos tributos decorre de uma manifestação do poder de império do Estado, impondo obrigações pecuniárias à, retirando-lhes parte da riqueza produzida, com vista a realizar a atividade financeira. A atividade

financeira é desempenhada pela obtenção de receitas, pela administração do produto arrecadado e, ainda, pela realização de dispêndios e despesas. Matias-Pereira, 2012, p. 112).

Desta forma, as finanças públicas estão voltadas à execução dos serviços públicos, que em uma visão estruturada são: “[...] todo serviço prestado pela administração, direta ou indireta, ou por seus delegados, sob normas de controles estatais, para satisfazer a necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniência do Estado.” (ANDRADE, 2013, p. 15).

Na execução dos serviços públicos para atender as demandas sociais, considerando o complexo mecanismo de transferências de recursos e a obtenção de receitas próprias, se identificam diversos entraves na relação planejamento-ação, assim, a administração pública deveria exercer como rotina a pesquisa e acompanhamento sistemático da realidade e das necessidades da população, a fim de verificar onde, quando e quanto deverá ser investido para solucionar eventuais aspirações da sociedade. Tal distanciamento entre o planejamento e a ação é alimentado pelo descompasso entre planejadores e o processo de planejamento, com seus executores (ANDRADE, 2013).

O benefício que a população almeja de todos os serviços disponíveis deve ser concretizado pela Administração Pública. Com base nos conceitos advindos do Direito Administrativo, conceitua-se Administração Pública como “[...] sendo todo o aparelhamento preordenado à realização de seus serviços que visa à satisfação das necessidades coletivas.” (ANDRADE, 2013, p. 19).

Nesse sentido se abordará as características básicas do orçamento público como fonte de informação organizada para o planejamento e gestão das finanças públicas.

2.2 Orçamento público

Um dos mais antigos e tradicionais instrumentos utilizados para a gestão dos recursos públicos é o orçamento. A origem do mesmo remonta até a Idade Média. Foi nesse período da história em que se criou o controle da cobrança de rendas públicas haja vista a necessidade de se estabelecer limites ao uso abusivo que os monarcas faziam das tributações (ROSA, 2011).

O orçamento público evoluiu no decurso da história, de um mero documento, no qual eram previstas as receitas e as despesas autorizadas, passando para um documento que contém programas e ações, vinculadas a um plano de médio prazo. Ele passou a dar ênfase às realizações do governo, com objetivos e metas a alcançar, manifestos em dados físicos com vistas a mensuração de projetos e atividades, possibilitando assim, o acompanhamento e a avaliação dos resultados (ROSA, 2011).

O objetivo do orçamento é ser uma ferramenta de planejamento, uma vez que o mesmo se constitui como um plano de financiamento com informações claras do processo. Kohama (2008, p. 41) considera que “[...] os orçamentos de todos os órgãos autônomos que constituem o setor público devem se fundamentar em uma única política orçamentária estruturada uniformemente e que se ajuste em um método único.”

Nesse sentido, Matias-Pereira (2012) compreende que, aqueles que são responsáveis pelo planejamento, precisam de recursos financeiros para colocar seus planos em prática, portanto, para eles, o orçamento é instrumento essencial.

Um município necessariamente carece inicialmente de um plano diretor. Nele serão estabelecidas as prioridades do município com vistas a conduzir e organizar o desenvolvimento, devendo ser observadas as medidas necessárias e cabíveis ao bem-estar dos contribuintes e ao atendimento de suas necessidades básicas (CARVALHO FILHO, 2006). O plano diretor constitui-se em um planejamento de longo prazo, sendo ainda conhecido como

Lei de Zoneamento ou Estatuto da cidade (SOUZA, 2008). Concomitantemente e numa dimensão mais restrita de tempo está o PPA.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 165 estabelece que o sistema orçamentário brasileiro é composto por três normas básicas: a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (BRASIL, 1988). Cada uma dessas normas é de iniciativa do Poder Executivo. O planejamento orçamentário municipal também deve observar as normas constitucionais contidas no artigo 165 e compreender:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II - o orçamento de investimento das empresas em que a União direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto; III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades, e órgãos a ela vinculados, a administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1988, n. p.).

Respaldo na Constituição Federal, o autor esclarece que o PPA é o instrumento que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada (SOUZA, 2008). Por sua vez, a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades, além de orientar a elaboração da lei de orçamento anual. Por fim o Orçamento Anual dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, contendo programas de ação do governo e os diversos tipos de despesas necessários a cada um desses programas (ANDRADE, 2013).

O objetivo dessa estrutura legal tem por objetivo auxiliar a tarefa do planejamento, tendo em vistas à melhor alocação dos recursos públicos, dando origem a integração entre o planejamento e o orçamento anual (ROSA, 2011).

Deve-se observar que a lei do PPA deve anteceder a LDO e a LOA, devendo ser o seu instrumento orientador. Por sua vez a LDO, alicerçada no PPA, deve estabelecer a formulação da LOA e estabelecer as prioridades de alocação sempre em conformidade com a definição dada pelo texto constitucional (ROSA, 2011).

No que tange à lei orçamentária, o art. 2º da Lei 4320/64 define que “[...] a Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, da universalidade e da anualidade.” (BRASIL, 1964, n. p.).

As receitas e despesas públicas devem ser classificadas para facilitar a compreensão de sua procedência, evidenciar as suas possíveis destinações, indicar a sua efetiva disponibilidade e explicitar os segmentos da sociedade que respondem por sua geração, sendo que para as despesas públicas é permitir a sua avaliação – antes, durante e depois de sua execução – sob as perspectivas institucional, econômica, regional, programática, funcional e gerencial. (SANCHES, 1977; 2002).

A lei orçamentária é organizada na forma de créditos orçamentários, aos quais estão consignadas dotações. Em consequência da imprecisão com que são utilizadas na legislação, é comum o emprego das expressões crédito orçamentário e dotações como sinônimos. Na realidade o crédito orçamentário é constituído pelo conjunto de categorias classificatórias e contas que especificam as ações e operações autorizadas pela lei orçamentária.

No âmbito do orçamento federal brasileiro, a partir do exercício de 2000, o crédito orçamentário individualizado compreende o seguinte conjunto de categorias classificatórias presentes na lei orçamentária: Grupo de Despesa, Identificador de Uso, Fonte de Recursos, Modalidade de Aplicação, Categoria Econômica, Subtítulo, Projeto ou Atividade ou Operação Especial, Programa, Função, Unidade Orçamentária e órgão.

Por seu turno, dotação, é o montante de recursos financeiros com que conta o crédito orçamentário. O crédito orçamentário seria portador de uma dotação, e esta, o limite de recurso financeiro autorizado (GIACOMINI, 2012).

Assim como as pessoas, os governantes precisam tomar medidas com vistas ao controle dos gastos públicos. Pata tanto é necessário planejar, orçar, executar e controlar, uma vez que, se os recursos de cada pessoa ou das empresas devem ser controlados sob pena de, ao não fazê-lo, culminar com o estado de insolvência ou de falência, com maior responsabilidade deve-se manter o controle da res pública, por se tratar recursos da sociedade, geridos por agentes públicos em prol da coletividade (OLIVEIRA, 2002).

Considerando o orçamento público como fonte fidedigna do planejamento e da execução financeira e orçamentaria do Estado, se faz necessário como estes dados apresentados podem ser avaliados de forma técnica e confiável, assim se apresentará as características dos métodos de avaliação financeira.

2.3 Os métodos de avaliação financeira

Com vistas a uma compreensão melhor dos métodos da avaliação financeira, entende-se que processos de análise constituem as técnicas, tornadas possíveis por procedimentos e cálculos, a partir da utilização de papéis de trabalho, utilizados pelo analista para realizar os vários tipos de análise, como as análises vertical e horizontal.

As análises vertical e horizontal é uma das técnicas mais simples de análise, todavia, se bem empregada é muito importante no que se refere à riqueza das informações geradas para a avaliação do desempenho de uma instituição no quesito gestão financeira (SCHRICKEL, 1999).

A análise vertical “[...] baseia-se em valores percentuais das demonstrações financeiras [...]” (MATARAZZO, 2010, p. 249), por sua vez, a análise horizontal “[...] baseia-se na evolução de cada 2 conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série [...]” (MATARAZZO, 2010, p. 249).

A Análise Vertical, também denominada por alguns analistas Análise por Coeficientes, é aquela através da qual se compara cada um dos elementos do conjunto em relação ao total do conjunto. Ela evidencia a percentagem de participação de cada elemento no conjunto (RIBEIRO, 1997).

Seu objetivo principal é mostrar cada conta, tendo como base a comparação da demonstração financeira a que pertence, comparando com padrões do nicho em que atua, ou percentuais da própria entidade no período analisado.

Essa análise permite entender, por exemplo, qual a composição dos recursos da entidade ou setor, qual a participação de cada conta, como exemplo, o capital próprio e de terceiros, e como é feita a distribuição. “A determinação da porcentagem de cada elemento patrimonial em relação ao conjunto indica o coeficiente dos diversos grupos patrimoniais, fornecendo, assim, ideia precisa de distribuição dos valores no conjunto patrimonial.” (FERNANDES, 1997, p. 66).

O cálculo da análise vertical se dá através da seguinte fórmula: percentual da base é igual a valor do item dividido pelo valor da base de cálculo multiplicado por 100 (valor da base = valor do item/valor da base X 100).

Ao se efetuar uma comparação entre os períodos, em especial os subseqüentes ao período base, é possível se ter uma compreensão da política da empresa no que diz respeito a obtenção e a aplicação dos recursos de que dispõe.

A Análise Horizontal, por sua vez, pode ser executada por meio do cálculo das variações em relação a um ano-base, quando será denominada Análise Horizontal encadeada, ou ainda em

relação ao ano anterior, quando será denominada Análise Horizontal anual (MATARAZZO, 2010).

A esse respeito, Fernandes (1997, p. 66) assevera que:

Esse tipo de análise tem por objetivo a apreciação da evolução dos componentes patrimoniais ou de resultado em determinada série de exercícios. Presta-se, também, à análise prospectiva do patrimônio ou de resultado no horizonte temporal, permitindo a avaliação das perspectivas econômicas e financeiras da entidade (FERNANDES, 1997, p. 66).

Na concepção de Reis (2009, p. 212), a análise horizontal: “É uma técnica de análise que parte da comparação do valor de cada item do demonstrativo, em cada ano, com o valor correspondente em determinado ano anterior (considerado como base).” Essa análise “[...] tem por finalidade evidenciar a evolução dos itens das demonstrações financeiras ao longo dos anos.” (BERTI, 2001, p. 158).

Seu objetivo prioritário é analisar em que medida os valores das demonstrações financeiras cresceram ou diminuíram em comparação com períodos anteriores, ou seja, a análise horizontal permite verificar tanto a situação do patrimônio da empresa quanto seu desempenho financeiro, proporcionando assim, uma ideia da tendência futura. Essa análise demonstra o crescimento ou a redução dos valores ao longo dos exercícios.

O cálculo da análise horizontal se dá através da seguinte fórmula: valor do ano atual dividido pelo valor do ano base multiplicado por 100 (valor do ano seguinte/ valor do ano base X 100). Para que haja fidedignidade das informações da situação financeira da empresa as análises horizontal e vertical devem ser utilizadas em conjunto, uma vez que ambas se complementam. Após apresentar os elementos base que estruturam a concepção e conceitos da presente pesquisa se apresentam os procedimentos metodológicos utilizados para analisar a modelar a proposta de avaliação analisada com fins de responder o problema e os objetivos da presente pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia representa o conjunto de técnicas e de processos que se adequem para resolução do problema e propostos para o alcance dos objetivos.

Na pesquisa os procedimentos formais com método de pensamento reflexivo, fundamentado em um tratamento científico se constituem como caminho para conhecer a realidade ou descobrir as verdades parciais (MARCONI; LAKATOS, 2007). A pesquisa abre horizontes e apresenta diretrizes fundamentais que podem contribuir para o conhecimento (OLIVEIRA, 2002).

A metodologia utilizada para a consecução dos objetivos é o estudo de caso, sendo, portanto, uma pesquisa exploratória, descritiva, mas tendo também um viés qualitativo uma vez que a partir dos dados procurará responder as questões sobre a implicação e contribuição dos métodos de análise financeiros no planejamento, execução e controle orçamentário da Prefeitura de São Luís, assim a pesquisa se caracterizará como pesquisa aplicada.

Esta pesquisa se constitui como explicativa por ter o objetivo primordial de identificar fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos. Está aprofundando o conhecimento da realidade ao utilizar práticas existentes em um novo ambiente a partir de métodos experimentais, caracterizando a sua aplicação prática. Assim, a pesquisa explicativa toma muitas vezes a forma de uma **pesquisa aplicada** (ou pesquisa experimental), ou pode também se utilizar de dados e informações de uma pesquisa *Ex-post facto* (GIL, 2007).

A pesquisa aplicada permite o surgimento de conhecimentos os quais podem ser de aplicação prática e orientados à resolução de problemas específicos e envolve interesses locais (GIL,

1999), o que possibilita a aplicação de suas descobertas na solução de um problema (COLLIS; HUSSEY, 2005).

A pesquisa quantitativa se constitui como um método de pesquisa social que utiliza quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas, tais como, percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros (MICHEL, 2005). A quantificação estabelecida pelos métodos utilizados na pesquisa quantitativa permite, quando utilizados tecnicamente, constituir um retrato real de toda a população alvo da pesquisa (FONSECA, 2002).

Considerando que os métodos de experimentação modelados para analisar a viabilidade de utilização das análises vertical e horizontal no apoio ao planejamento e à execução financeira da administração pública, caracterizam a parte quantitativa da pesquisa, estruturada a partir de um estudo de caso por ser o procedimento metodológico de investigação para compreender e descrever fatos e contextos complexos, em que estão envolvidos diversos fatores.

A pesquisa quantitativa centra-se na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Andrade (2013) pontua que toda técnica de pesquisa relaciona-se com a coleta de dados, seja através de pesquisa bibliográfica e/ou documental, e ainda, através de observação junto ao objeto de estudo. Gil (1999) preconiza que no estudo de caso a coleta de dados pode ser feita a partir de diversos procedimentos, entre eles a análise de documentos, a observação, entrevistas, entre outros.

O estudo de caso, então, deve ser entendido como um procedimento metodológico de investigação adequado quando se procura compreender, explorar ou descrever fatos e contextos complexos, em que estão envolvidos concomitantemente diversos fatores. Tal investigação de cunho particularista, ou seja, que detém uma situação específica, por se julgar única, sendo possível a compreensão global de um certo fenômeno de interesse (FONSECA, 2002).

Considerando a condição de generalidade e sistematização das finanças públicas, se optou pelo estudo de caso por permitir generalizar os resultados para outros municípios ou entes públicos. Como base para aplicação da pesquisa, utilizou-se as informações financeiras das Leis de Orçamento Anual, as Leis de Diretrizes Orçamentárias e Planos Plurianual da Prefeitura do Município de São Luís/MA, que compreendem o período de 2014-2017. A coleta de dados foi realizada a partir de consulta ao Diário Oficial do Município de São Luís – MA, onde são publicados nos Suplementos pela Secretaria Municipal da Fazenda, os relatórios resumidos da execução orçamentária, bem como o relatório de gestão fiscal; Sistema de Gestão Contábil, Orçamentária e Financeira utilizado pela Prefeitura de São Luís/MA; Consulta ao Portal da Transparência do Município (PREFEITURA MUNICIPAL, [2018a; 2018b]); consulta bibliográfica/documental; e a observação direta do objeto de estudo.

A pesquisa fundamentou-se nos valores orçamentários e financeiros da Educação fundamental, tendo em vista que a mesma tem sido um foco de atenção e de importância para a gestão municipal, constituindo assim um grande desafio. Portanto, conclui-se que seu orçamento por consequência também tem relevância significativa para a gestão do município, cabendo a secretaria de Educação do município através de sua superintendência específica, da educação fundamental, envidar esforços para a consecução dos objetivos estabelecidos para alavancar esta área da educação e por sua vez produzir os resultados almejados.

Todas essas informações apontam para a importância da Educação, uma das grandes áreas de resultado, para o município de São Luís. Portanto, se justifica a escolha do orçamento da educação fundamental para aplicação do método de análise horizontal e vertical como instrumento de avaliação da evolução orçamentária com vistas a verificar sua importância para os gestores como ferramenta de controle da gestão.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa visa possibilitar uma melhor compreensão de como os métodos de análise vertical e horizontal tem sua utilidade para os gestores públicos no desenvolvimento de suas atividades almejando entregar serviços de qualidade para a população que afinal é um de seus maiores *stakeholders*.

4.1 Viabilidade do método de análise vertical e horizontal

Para a comprovação da viabilidade da utilização do método de análise vertical e horizontal para compreender a execução do orçamento do PPA 2014-2017 da cidade de São Luís, passe-se a aplicação do método sobre os dados da execução orçamentária geral do município, bem como da área de resultado da educação.

Na Tabela 1 constam as informações sobre a execução orçamentária, destacando-se as previsões de receita, receita realizada, despesas liquidadas.

Tabela 1 – Orçamento do PPA 2014-2017 executado.

ANO	2014	AV%	AH%	2015	AV%	AH%	2016	AV%	AH%	2017	AV%	AH%
RECEITA PREVISTA	2.703.948.882,00	100,00	100,00	2.701.778.599,00	100,00	99,92	2.745.342.818,00	100,00	101,61	2.787.889.682,71	100,00	101,55
RECEITAS REALIZADA	2.287.521.990,25	84,60	100,00	2.787.967.381,37	103,19	121,88	2.845.362.120,46	103,64	102,06	2.830.183.263,71	101,52	99,47
DESPESAS REALIZADAS	2.287.523.729,13	84,60	100,00	2.819.434.394,85	104,35	123,25	2.647.096.677,14	96,42	93,89	2.610.273.978,86	93,63	98,61

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir desses dados utilizar-se-á as análises vertical e horizontal, visando uma percepção ampla da evolução do orçamento geral do município de São Luís assim como cada tópico analisado corresponde ao todo.

A aplicação da análise vertical nos dados demonstrados na Tabela 1 evidenciam que no ano de 2014 as receitas realizadas são 84,60% da receita prevista para o ano. O município gastou ou investiu cem por cento do que arrecadou, ou seja, a arrecadação foi menor do que o previsto fato que limitou a execução das atividades planejadas e orçadas.

Na análise vertical, no ano de 2015, a receita realizada, ou seja, o que se arrecadou, foi maior em 3,19 % do que se estimou para o ano. Por outro lado, as despesas realizadas foram 4,35% maior do que o previsto. O que mais chamou a atenção foi que a despesa realizada é 1,16 pontos percentuais maior que a receita realizada, logo o ano foi deficitário, ou seja, o que foi arrecadado não suportou as despesas.

No ano de 2016 a arrecadação realizada foi 3,64% a mais do previsto. Contudo as despesas realizadas foram de 96,42% das receitas previstas, ou seja, 3,58% das atividades previstas e orçadas não foram realizadas. É importante se observar que a diferença entre o arrecadado e as atividades realizadas é de 7,22 pontos percentuais, o que demonstra um volume de recursos relevante não utilizados no ano de 2016.

Em 2017 a arrecadação superou a previsão em 1,52%. Por outro lado, as despesas realizadas foram de 93,63% das receitas previstas, ou seja, 6,37% das atividades previstas e orçadas não foram realizadas. É importante se observar que a diferença entre o arrecadado e as atividades

realizadas é de 7,89 pontos percentuais, o que demonstra um volume de recursos relevante não utilizados no ano de 2017.

Em resumo, a análise vertical permitiu observar que no primeiro ano do PPA, 2014, as receitas e despesas realizadas foram inferiores aos previstos e foram equivalentes na sua execução. No ano de 2015 as receitas e despesas realizadas foram superiores às previstas no orçamento e as despesas realizadas foram superiores às receitas realizadas o que caracterizou um déficit financeiro naquele ano. No ano de 2016, assim como 2015, as receitas foram superiores às previstas, contudo, as despesas realizadas foram inferiores às previstas, o que demonstra que as atividades previstas não foram integralmente realizadas e caracteriza um superávit financeiro. O ano de 2017 tem o mesmo perfil do ano de 2016.

Com a análise vertical apresentada foi possível reconhecer uma falha na previsão de arrecadação de 2014 e que de forma geral as arrecadações realizadas são superiores às previsões e as despesas realizadas são inferiores às previsões de arrecadação, o que demonstra uma condução de segurança financeira dos recursos públicos vinculados ao orçamento geral da Prefeitura de São Luís/MA.

A análise horizontal aqui aplicada considera a evolução anual a partir do exercício anterior, logo, avaliou-se como o PPA evolui a cada exercício. Cabe ressaltar que o ano de 2014 não foi realizado por se considerar os resultados de 2013, o que impediu a obtenção dos percentuais da análise horizontal para 2014.

O ano de 2015 teve uma previsão orçamentária de 0,08% menor que a de 2014, contudo, a receita realizada foi 21,88% que a receita realizada em 2014, bem como uma despesa realizada em 2015 foi 23,25% maior que a 2014.

A receita prevista para 2016 foi 1,61% maior que a de 2015, sendo a receita realizada, do ano de 2016 2,06% maior que a do ano anterior e as despesas realizadas 6,11% menor que as de 2015.

No Ano de 2017, as receitas previstas foram 1,55% maiores que o ano de 2016, as receitas realizadas foram 0,53% menores que o ano de 2016 e as despesas realizadas em 2017 foram 1,39% menores que o ano anterior.

Assim foi possível observar que embora apresente-se uma estabilidade nas receitas previstas com crescimentos modestos da previsão, o crescimento das receitas realizadas apresenta condição superior do que a previsão o que demonstra a prudência da Administração pública, o que pode ser corroborado com o crescimento das despesas realizadas em níveis inferiores às receitas realizadas demonstrando uma responsabilidade fiscal da Prefeitura de São Luís/MA.

O método de análise vertical e horizontal aplicado ao orçamento municipal é viável para a gestão financeira uma vez que permite que seja avaliado em percentual o impacto da dotação de cada área de resultado, programa ou ação para o orçamento de cada ano do PPA. Também facilita o acompanhamento da evolução orçamentária no decurso dos anos que o compõem.

A utilidade da análise vertical e horizontal para a gestão municipal é clara a partir das informações obtidas pela aplicação do método na interpretação dos dados orçamentários.

No que se refere a viabilidade do método, portanto, fica evidente que o mesmo é de fácil aplicação, uma vez que as informações geradas são de simples compreensão, não obstante serem ricas informações. Sobre a importância dos processos de avaliação vertical e horizontal será realizado na sequência.

4.2 A importância do uso do método de análise vertical e horizontal

Almejando verificar a importância do uso do método de análise vertical e horizontal para auxiliar na gestão financeira da administração municipal, aplicou-se o processo na análise dos dados do orçamento do programa da educação do ensino fundamental.

A Tabela 2 demonstra as informações financeiras do orçamento da área.

Tabela 2 – Orçamento do Ensino Fundamental 2014-2017 executado.

ANO	2014	AV%	AH%	2015	AV%	AH%	2016	AV%	AH%	2017	AV%	AH%
RECEITA PREVISTA	435.632.804,64	100,00	100,00	428.122.347,61	100,00	98,28	359.606.237,19	100,00	84,00	428.918.217,14	100,00	119,27
RECEITAS REALIZADA	331.061.185,00	76,00	100,00	470.073.029,87	109,80	141,99	435.852.977,58	121,20	92,72	476.213.085,64	111,03	109,26
DESPESAS REALIZADAS	387.634.973,92	88,98	100,00	406.832.916,53	95,03	104,95	418.714.457,07	116,44	102,92	457.789.467,38	106,73	109,33

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os dados do orçamento da educação fundamental do município de São Luís, objeto específico desta pesquisa, por meio do qual espera-se demonstrar mais efetivamente a importância do uso dos métodos de avaliação financeiros para o planejamento, execução e controle da gestão orçamentária pública municipal, este programa do orçamento tem dados interessantes.

A partir da aplicação da análise vertical nos dados da tabela acima, é possível concluir que no ano de 2014 as receitas realizadas são 76,00% da receita prevista para o ano e a Secretaria de Educação do município realizou 88,98% das despesas. As despesas realizadas por ela são 12,98 pontos percentuais superior às suas receitas realizadas.

Ao comparar as receitas realizadas e as despesas realizadas pela Secretaria de Educação com as receitas realizadas e despesas realizadas pelo município de São Luís, como observado no item anterior, fica evidenciado que os recursos realizados, tanto nas receitas quanto nas despesas, foram em níveis inferiores aos executados pela prefeitura de São Luís, demonstrando uma não priorização deste projeto no ano de 2014.

Na análise vertical, no ano de 2015, a receita realizada, ou seja, o que foi repassado para a secretaria foi maior em 9,80 % do que se estimou para o ano. Por outro lado, as despesas realizadas foram 4,97% menores que o previsto. O que observou-se foi que a execução das despesas foi 4,97% menor do que o previsto e o que mais preocupa é que a 14,77 pontos percentuais da receita realizada não foram realizadas.

No ano de 2016, a arrecadação realizada foi 21,20% a mais do previsto. Contudo as despesas realizadas foram de 16,44% a mais das receitas previstas, ou seja, 4,77 pontos percentuais das receitas realizadas não foram realizados.

Em 2017, a arrecadação superou a previsão em 11,03%. Por outro lado, as despesas realizadas foram de 6,73% maiores que das receitas previstas, ou seja, 4,30 pontos percentuais das receitas realizadas não foram utilizadas.

Em resumo a análise vertical permitiu observar que no primeiro ano do PPA, 2014, as receitas e despesas realizadas foram inferiores aos previstos e foram equivalentes na sua execução. No ano de 2015 as receitas e despesas realizadas foram superiores às previstas no orçamento, onde as despesas realizadas foram inferiores às previstas naquele ano. No ano de 2016 e 2017 as receitas e despesas realizadas foram superiores às previstas, tendo as receitas realizadas não tendo sido integralmente utilizadas para execução e despesas, contudo as despesas

A análise horizontal aqui aplicada considera a evolução anual a partir do exercício anterior, logo avalia-se como o PPA evolui a cada exercício. O ano de 2014 não foi realizado por se considerar os resultados de 2013, o que impediu a obtenção dos percentuais da análise horizontal para 2014.

O ano de 2015 teve uma previsão orçamentária de 1,72% menor que a de 2014, ou seja, identifica-se uma redução maior na previsão orçamentária para a educação do que para o orçamento geral do município que reduziu 0,08% em relação ao ano anterior. Embora, no ano de 2015, a previsão do orçamento tenha sido reduzido em 1,72% em relação ano anterior a receita realizada foi 41,99% superiores e as despesas realizadas foram 4,95% superiores ao ano anterior.

No ano de 2016, o orçamento da educação foi na contramão do orçamento municipal, pois o orçamento municipal neste ano teve uma elevação 1,61% enquanto o orçamento da Secretaria de educação foi reduzido em 16% em relação ao ano de 2015. Observou-se que as receitas realizadas no ano de 2016 para a secretaria de educação foram 7,28% inferiores às receitas realizadas às do ano anterior. Fica demonstrado, ainda, que as despesas realizadas são 2,92% superiores às receitas do ano de 2015.

No ano de 2017, as receitas previstas para a secretaria da educação, pela primeira vez na série histórica, têm crescimento superior ao elevação superior que o do orçamento geral do município, tendo crescido 19,27% em relação a 1,55% do orçamento municipal. As receitas realizadas foram 9,26% superiores ao ano anterior e as despesas realizadas 9,33% maiores que as de 2016.

De forma geral pode-se observar que a secretaria de educação teve cortes orçamentários sucessivos e que o planejamento orçamentário não se adequa a realidade de recursos necessários para e continuidade de suas atividades. Fica evidente esta percepção ao se constatar que as despesas realizadas são sempre superiores às receitas realizadas e que as despesas realizadas têm evolução maior que as receitas realizadas. Deixando claro ainda que as despesas realizadas são sempre superiores às previstas, o que demonstra uma falha no planejamento para a execução da secretaria de educação.

Portanto, ao se utilizar o método de análise vertical e horizontal os gestores terão à disposição informações e dados analíticos que permitirão e facilitarão tomadas de decisões de diversas ordens, sejam na contenção de gastos, no incremento de investimentos, na busca de aporte financeiro para suplementar o orçamento, a aceleração obras ou ainda contratações de diversas ordens.

É impressionante que apesar de simples, o método é eficaz para permitir uma compreensão do incremento nos valores ou até mesmo a redução dos mesmos e como estes fatores podem impactar positiva ou negativamente na gestão como um todo. Desta forma permite ações corretivas ou visando ampliar o impacto no caso de ser positivo.

As informações acima por si atestam a importância do uso do método de avaliação vertical e horizontal para auxiliar na gestão financeira da administração municipal. Ele permite tomada de decisões mais precisas a partir das informações disponibilizadas. Também facilita o acompanhamento e controle da evolução orçamentária. Possibilita ainda a correção do curso das contas, bem como o incremento de investimentos quando necessário.

4.3 A contribuição do método de análise vertical e horizontal

Com o intuito de compreender como o método de análise vertical e horizontal contribui para um melhor planejamento, execução e controle da gestão pública municipal, realizou-se uma análise comparativa das dotações e despesas do orçamento geral municipal, da área da Educação e do programa da Educação do Ensino Fundamental.

Também foi lançado mão de dados quantitativos acerca do número de alunos, escolas e professores do ensino fundamental visando um incremento nas possibilidades de análises. A Tabela 3 apresenta informações das áreas e suas análises.

Tabela 3 – Comparativo do Orçamento Municipal – Dotações – PPA 2014-2017.

ANO	2014	AV%	AH%	2015	AV%	AH%	2016	AV%	AH%	2017	AV%	AH%
DOTAÇÃO TOTAL	2.287.521.990,25	100,00	100,00	2.787.967.381,37	100,00	121,88	2.845.362.120,46	100,00	102,06	2.830.183.263,71	100,00	99,47
DOTAÇÃO EDUCAÇÃO	582.193.997,01	25,45	100,00	601.917.223,56	21,59	103,39	609.636.346,47	21,43	101,28	628.096.417,37	22,19	103,03
DOTAÇÃO EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	331.061.185,00	14,47	100,00	470.073.029,87	16,86	141,99	435.852.977,58	15,32	92,72	476.213.085,64	16,83	109,26

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao se tomar o quantitativo das receitas e dotações para as áreas de resultado, limita-se somente a analisar o objeto deste trabalho, sem se estender para as demais áreas devido ao escopo escolhido.

Seguindo a análise vertical, a partir dos dados da Tabela 3 foi possível verificar que a dotação da área da Educação representa no ano de 2014, 25,45% e o orçamento da educação fundamental representa 14,47% do orçamento total do município. No ano de 2015, a educação teve uma redução para 21,59% e a educação fundamental cresceu para 16,86% do orçamento municipal. No ano de 2016, o orçamento da educação reduziu um pouco mais para 21,43% e da educação fundamental teve uma queda para 15,32% do orçamento do município. No ano de 2017, o orçamento da educação teve crescimento para 22,19%, contudo não retoma o padrão de 2014; já o orçamento do ensino fundamental cresceu para 16,83% do orçamento municipal.

Pela análise horizontal, o ano de 2014 não foi realizado por se considerar os resultados de 2013, o que impediu a obtenção dos percentuais da análise horizontal em 2014. Para o ano de 2015, o orçamento geral da prefeitura de São Luís teve um crescimento de 21,88%, enquanto o orçamento da educação cresceu 3,39% e a educação fundamental cresceu 41,99% em relação ao ano de 2014. No ano de 2016, o crescimento do orçamento do município foi de 2,06%, o da educação cresceu 1,28% e da educação fundamental decresceu em 7,28% em relação ao ano anterior. No ano de 2017, o orçamento da prefeitura reduziu em 0,53% e o orçamento da educação cresceu 3,03% e do ensino fundamental cresceu 9,26% em relação a 2016.

De forma geral foi possível verificar que o crescimento do orçamento da educação é inferior ao crescimento do orçamento geral, e o crescimento da educação fundamental é superior ao crescimento da educação, o que demonstra uma maior disponibilidade de recursos para a educação fundamental, bem como foco constitucional das obrigações municipais no tocante a educação.

Uma vez que o planejamento requer levantamento de informações qualitativas e quantitativas, análise de cenários, conhecimento das forças, fraquezas, ameaças e oportunidades, o método propicia muitas informações para os gestores. A partir das análises realizadas o gestor é munido com um conjunto de dados que capacitam a elaboração de um planejamento mais próximo da realidade e capaz de fazer frente aos desafios da administração de um município ou de sua área de atuação.

O método facilita a execução orçamentária por evidenciar a composição do orçamento, bem como o impacto de cada área de resultado, programa ou ação contida no Plano Plurianual. Também no que diz respeito ao controle, permite um acompanhamento da evolução das dotações e despesas conforme a aplicação das mesmas vá acontecendo.

O método contribui com os gestores à medida que as informações obtidas são confiáveis e realísticas, gerando percepções mais plausíveis, bem como possibilidades de cenários mais verdadeiros. Por sua vez, permite observação detalhada de cada área observada e ainda do todo em análise. É possível ter notificação do impacto de cada conta no orçamento total, permitindo dessa forma, melhor orientação na distribuição dos quantitativos e na elaboração de planos de ações mais próximos da realidade de execução.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi desenvolvido levando em consideração os desafios que os gestores municipais enfrentam diante do cumprimento de suas responsabilidades para levar a cabo a administração municipal em suas diversas áreas e demandas.

O orçamento municipal é de longe um instrumento que pode facilitar o trabalho dos gestores bem como pode ser um grande desafio para os mesmos. O planejamento, elaboração, execução e controle orçamentário exige dos gestores alguns instrumentos para orientar a tomada de decisão no que diz respeito a sua gestão.

É nessa perspectiva, de oferecer um instrumento para os gestores melhor manusear o orçamento, que se apresentou o método de análise vertical e horizontal.

Ao avaliar a viabilidade da aplicação do método de análise vertical e horizontal para uma melhor compreensão da execução do orçamento do município no período do PPA 2014-2017 da cidade de São Luís, fica evidenciada quando se efetuou as diversas análises realizadas nas informações do orçamento geral, da área da educação e da educação fundamental se constatar como cada dotação ou despesa impactou diretamente o orçamento da área em análise específica.

Toda a análise foi realizada de forma fácil e prática permitindo verificação em percentual, pela análise vertical, o impacto individual do orçamento da área da educação no orçamento geral e do programa da educação fundamental para a área da educação. Também se constatou na evolução dos anos da série do PPA os aumentos ou redução dos valores das dotações bem como este processo impactou os orçamentos.

Ao verificar a importância do uso do método de análise vertical e horizontal para auxiliar na gestão financeira da administração municipal da cidade de São Luís, o que foi comprovada a partir das constatações que foram efetuadas através da análise do orçamento da educação do ensino fundamental, constatou-se que as previsões de dotações para a Educação fundamental, foram sempre maiores do que o esperado pela área da Educação ao elaborar o orçamento. No que diz respeito às despesas, é notório que houve um crescimento das despesas anualmente, ainda que as mesmas, não extrapolaram o valor da dotação total do programa. Ficando evidenciado desta forma, que houve um controle financeiro, o qual manteve as contas dentro do estabelecido no orçamento na maioria dos anos que foram analisados.

Essas informações para os gestores também permitirão e facilitarão tomadas de decisões de diversas ordens, sejam na contenção de gastos se necessário, na realocação dos valores, no incremento de investimentos, na busca de aporte financeiro para suplementar o orçamento, na possibilidade de aceleração de obras ou ainda contratações de diversas ordens, sempre atendendo ao que determina as leis.

Ao compreender como o método de análise vertical e horizontal contribui para um melhor planejamento, execução e controle da gestão pública municipal. Os gestores de posse das análises podem planejar melhor, tomando suas decisões com bases mais realísticas tendo dados clarificados por quantitativos percentuais de impacto de cada conta na execução do orçamento. Também permite planejar ações com maior capacidade de êxito, minimizando o risco de falta de recurso, extrapolação do teto do orçamento, o que por sua vez facilita um melhor controle da gestão pública municipal da cidade de São Luís.

Assim sendo, foi possível responder ao problema de como os métodos de avaliação financeiros, especialmente os de análise vertical e horizontal, podem ser utilizados para auxiliar os gestores públicos municipais, no planejamento, execução e controle do orçamento público municipal.

A utilidade é comprovada para se efetuar análise do orçamento de cada ano que compõe o PPA, bem como das peças orçamentárias das diversas áreas de resultado. Uma vez que, mesmo sendo partes do orçamento maior, que não pode ser desmembrado, cada área e programa tem gestores e os mesmos necessitam de instrumentos para compreenderem a evolução orçamento, bem como as reais implicações que cada conta tem. Desta forma facilita a mensuração dos possíveis impactos gerados, dos desafios para manter o equilíbrio financeiro bem como a construção de planos de ação mais condizentes com a realidade e possíveis de execução.

As limitações deste trabalho se deu devido a dificuldades de ter acesso aos dados necessários para a realização das análises, uma vez que, por se tratar de dados de períodos passados da gestão pública, os mesmos já foram consolidados e disponibilizados no portal da transparência do município, mas não com o detalhamento necessário para a realização das análises.

Outro fator limitante está relacionado aos instrumentos tecnológicos utilizados, pois durante o processo de coleta, ao fazer o *download* das planilhas que continham os dados no site do IBGE, bem como no portal da transparência do município, em alguns casos, os referidos dados apareciam corrompidos, dificultando o entendimento dos mesmos.

O presente trabalho não esgota as possibilidades de utilização do método de análise vertical e horizontal. Há a possibilidade de aplicar o método analisando cada ação do programa da Educação fundamental com vistas a entender o impacto e evolução das mesmas para o orçamento do programa.

Também por ter ficado sem exploração, a análise do quanto cada escola, professor e aluno impactam nos valores do orçamento do programa e suas possíveis implicações para a gestão do mesmo, este campo se constitui em possibilidade de novas pesquisas.

Por fim fica a indicação aos gestores municipais para que lancem mão destas ferramentas que em sua simplicidade pode contribuir de várias formas, como atestado neste trabalho, para a melhoria do planejamento, execução e controle orçamentário das finanças públicas municipais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BERTI, A. **Diagnóstico empresarial: teoria e prática**. São Paulo: ícone, 2001.

BLATT, A. **Análises de balanços: estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Makron, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos... Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

CARVALHO FILHO, J. S. **Manual do Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. [Trad. Lúcia Simonini]. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FERNANDES, P. O. Análise de balanços no setor público: em que consiste a análise de balanços e qual a sua importância para o setor público? **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, v. 26, n. 108, p. 60-68, nov./dez. 1997.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIACOMINI, J. **Orçamento público**. 16. ed. São Paulo: Atlas. 2012.

- GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS; E. M. **Metodologia científica**. 3. ed. ampl. e rev. São Paulo: Atlas, 2007.
- MATARAZZO, D. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.
- OLIVEIRA, S. L. **Metodologia científica aplicada ao direito**. São Paulo: Pioneira; Thomson; Learning, 2002.
- PREFEITURA MUNICIPAL (São Luís). Portal da Transparência. Demonstrativos Fiscais – LRF. **Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO**. [2018a]. Disponível em: <http://www.lei131.com.br/ords/portal/f?p=661:1#>. Acesso em: 10 out. 2018.
- PREFEITURA MUNICIPAL (São Luís). Portal da Transparência. Leis Orçamentárias. **Lei Orçamentária Anual - LOA**. [2018b]. Disponível em: <http://www.lei131.com.br/ords/portal/f?p=661:1#>. Acesso em: 10 out. 2018.
- REIS, A. C. R. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. São Paulo: Saraiva. São Paulo. 1997.
- ROSA, M. B. **Contabilidade do setor público**. São Paulo: Atlas, 2011.
- SANCHES, O. M. **Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins**. Brasília, DF: Prisma, 1977.
- SANCHES, O. M. Fundos federais: origens, evolução e situação atual na administração federal. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 627-670, jul./ago. 2002.
- SCHRICKEL, W. K. **Demonstrações financeiras: abrindo a caixa preta: como interpretar balanços para a concessão de empréstimos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SOUZA, C. S. **O papel do controle interno na gestão dos gastos públicos municipais**. 88 f. 2008. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Curso de Ciências Contábeis, FAE – Centro Universitário, Curitiba, 2008. Disponível em: http://www.paranaeducacao.pr.gov.br/arquivos/File/TCC_CORINE_SUMSKI_SOUZA.pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.